



---

**Apresentação/Presentation**

---

## **Relações internacionais e meio ambiente**

### *International Relations and Environment*

Cíntia Leone Silva dos Santos<sup>1</sup>

Isabela Battistello Espíndola<sup>2</sup>

Wagner Costa Ribeiro<sup>3</sup>

Nas últimas quatro décadas têm-se reconhecido, cada vez mais, a importância dos temas socioambientais em inúmeras conferências internacionais. Disso resultaram diversos tratados que visam regulamentar a ação humana em escala internacional como uma alternativa para combater a crise ambiental imposta pelos padrões produtivos e de consumo preponderantes no mundo atual.

As questões ambientais perpassam fronteiras físicas e políticas dos países, ressaltando a interdependência dos Estados e a oportunidade de cooperação entre países, atores não estatais e as áreas de conhecimento. Assim, mostram que o diálogo e a interlocução entre distintos campos do saber são mais que necessários a fim de superar desafios impostos pelos problemas socioambientais atuais. Por isso, as Relações Internacionais, a Geografia, o Direito, as Ciências Ambientais, a Ciência Política, a Economia, entre outros campos do conhecimento, se unem nesse debate contemporâneo mais que necessário frente aos cenários que são projetados para o futuro.

O presente dossiê aborda um conjunto diverso de temas socioambientais de ampla repercussão para as Relações Internacionais contemporâneas que permeiam e repercutem nas agendas dos Estados, tornando-se pautas nas discussões e assuntos de acordos e tratados internacionais. Mudanças climáticas, migração ambiental, justiça ambiental, direitos ambientais, sustentabilidade, biodiversidade e governança ambiental são alguns dos assuntos presentes nos trabalhos publicados no presente dossiê.

Destaque-se que, segundo informações dos editores da revista, este foi o tema que mais atraiu contribuições até o momento. Foram quatorze trabalhos submetidos, dos quais cinco foram indicados para comporem esse dossiê. O maior anseio deste trabalho foi reunir textos que contribuíssem para

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

<sup>3</sup> Universidade de São Paulo, USP, Brasil.



o debate atual, permitindo a reflexão sobre as consequências da necessária regulação da sociedade de consumo na escala internacional.

O artigo *Agenda ecológica e o sul global: crescimento, justiça ambiental e dívida ecológica*, abre a publicação. Marcos Todt, Oscar Augusto Berg e Matheus Fröhlich destacam que, embora a pauta ambiental tenha experimentado significativa ascensão nos últimos anos, esse movimento não foi acompanhado pela emergência de um consenso internacional sobre o tema. O trabalho apresenta ao leitor uma cronologia dos principais eventos da ordem ambiental internacional a partir da Conferência de Estocolmo, de 1972. Os autores defendem que entendimentos, como o Acordo de Paris sobre o Clima, de 2015, são objeto de disputa e, por isso, não estão resguardados de retrocessos. Segundo o estudo, essa tensão existe porque a agenda socioambiental não deixa de ser permeável a disputas econômicas, políticas e culturais, opondo interesses das economias centrais e dos países emergentes. Estes, segundo o texto, erraram ao defender apenas o direito ao desenvolvimento, quando poderiam cobrar a dívida ambiental dos países ricos a partir de um questionamento do estilo de vida dessas nações. Ainda segundo os autores, essa argumentação poderia originar um novo equilíbrio de poder no mundo, com a inversão das dívidas externas dos países pobres.

Na sequência esse dossiê apresenta uma análise sobre como o tema socioambiental passou gradativamente a incorporar o conjunto que compõe a concepção contemporânea de Direitos Humanos. Intitulado *O Direito Humano ao Ambiente Sadio: perspectivas sobre a indivisibilidade entre os Direitos Ambientais e Direitos Humanos*, o trabalho analisa como o conceito de Direito Humano incorporou as temáticas socioambientais. Gustavo do Amaral Loureiro apresenta um panorama dos documentos relacionados a esse processo, sobretudo os textos de convenções e tratados internacionais sobre o tema. O artigo discute como garantir a efetividade dos Direitos Humanos, apontando as limitações dos organismos internacionais para fiscalizar, diagnosticar e responsabilizar os atores. O estudo expressa a preocupação em caracterizar a natureza do Direito Humano ao ambiente saudável em diversos conceitos, como difuso, trans-individual e transnacional, ou seja, intrinsecamente dependente de decisões estatais e de entendimentos supranacionais.

O trabalho *A migração ambiental no regime internacional de mudança climática sob a perspectiva da AOSIS*, de Thales Jéferson Rodrigues Schimit, faz uma revisão da literatura para identificar as estratégias da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) na ordem ambiental internacional das mudanças climáticas. O grupo reúne os primeiros países a serem seriamente afetados pelo aquecimento global. De acordo com o texto, essas nações têm incorporado o processo migratório na essência de seus planejamentos políticos como resposta à degradação do padrão de vida em seus territórios. O estudo indica que essa ação se dá no sentido de uma justificativa moral contra os países industrializados, que teriam no futuro a responsabilidade de aderirem a um pacto migratório em função das mudanças climáticas. Para o autor, essa abordagem, embora colabore para fortalecer a luta pela redução das emissões de gases de efeito estufa, não contempla a migração por razões ambientais que já ocorrem nesses países e em outras partes do planeta. Dessa forma, o texto aponta a necessidade de ampliar o arcabouço das Relações Internacionais frente aos desdobramentos da atual crise climática e suas implicações sobre os grandes deslocamentos populacionais.

Em *Além do Estado: Governança Privada na Interface entre Mudança Climática e Comércio Internacional*, Karina Marzano Franco descreve, a partir de uma revisão da literatura do tema, como as instituições privadas passam a ter mais relevância nos debates ambientais frente à crise do multilateralismo. Ao mesmo, o texto denuncia as limitações da governança privada, sobretudo suas fraquezas no esforço autorregulatório, bem como a possibilidade de distorção de mercados sob o pretexto da conservação ambiental, aumentando o protecionismo, com consequências, sobretudo para os países em desenvolvimento. Esse trabalho aponta lacunas de conhecimento na relação comércio-clima. O texto descreve as dificuldades atuais da Organização Mundial do Comércio (OMC) para enfrentar essa temática e indica a necessidade do desenvolvimento de estratégias para a efetiva criação de uma rede de normas privadas e de acordos para o comércio internacional com vistas à conservação ambiental.

Finalmente, o artigo *Por que os oceanos? Por uma diplomacia estratégica brasileira para a biodiversidade em alto-mar* se debruça sobre um dos temas mais controversos do Direito Internacional na atualidade. Isso porque é iminente o surgimento de novas regras que tratem da biodiversidade além das jurisdições nacionais. Igor Magri de Queiroz parte da teoria da complexidade para buscar unir um conceito operacional às múltiplas variáveis do sistema internacional. Em especial, o texto se dedica a entender a imprevisibilidade de uma diplomacia ambiental do Brasil a partir da posse do novo governo, em 2019. Ao destacar a magnitude do litoral brasileiro, e o fato de que sua população está concentrada próxima a essa zona e a tradição do país como um importante ator nas negociações internacionais ambientais, o estudo busca identificar aspectos para uma diplomacia estratégica para esse tema e suas vantagens. Trata-se de uma contribuição para o aprimoramento do conhecimento sobre os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais da extinção em massa de animais marinhos. Dessa forma, o trabalho dá pistas de como as Relações Internacionais podem se posicionar como um campo do saber indispensável para a construção de soluções ambientais em uma sociedade global.

O agravamento da crise ambiental mundial projeta um cenário de desafios e possibilidades para a diplomacia. Por deter um território continental, a maior biodiversidade do planeta, áreas extensas de florestas e de costa, além de algumas das maiores reservas de água doce do mundo, o Brasil é inescapavelmente um dos principais atores nessa arena. O país pode encontrar na conservação socioambiental uma ferramenta para uma inserção estratégica e destacada na política mundial, ou, por outro lado, viver um isolamento político, com repercussões danosas para todos os setores da economia e da cultura. Em qualquer dos cenários, as análises de Relações Internacionais se voltarão cada vez mais para o tema e para a atuação brasileira nessa matéria. O presente dossiê é um esforço nesse sentido. Boa leitura!

## Biografia do autor

### **Cíntia Leone Silva dos Santos**

Jornalista e doutoranda do Programa de Ciência Ambiental da USP (Procam) com bolsa Capes. ORCID: 0000-0002-1850-8852, cinthialeone@usp.br

**Isabela Battistello Espíndola**

Internacionalista e doutoranda do Programa de Geografia Humana da USP (PPGH) com bolsa da Fapesp (nº 2017/17997-9). ORCID: 0000-0002-1134-9641, isaespindola@hotmail.com

**Wagner Costa Ribeiro**

Geógrafo e professor Titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Pesquisador do CNPq. ORCID: 0000-0002-3485-9521, wribeiro@usp.br

**Instituição:** Universidade de São Paulo, USP.

**Endereço:** Cidade Universitária Avenida Professor Lúcio Martins Rodrigues, Tv. 4, S/N - e 5 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-020